

## O MITO DO AMOR MATERNO: UMA ANÁLISE DE *MEDEIA*, DE EURÍPIDES, E *PARA ELA, QUE NÃO VIRÁ*, DE ANDRÉIA PIRES

*THE MYTH OF MATERNAL LOVE: AN ANALYSIS OF MEDEA, BY EURIPIDES, AND FOR HER, WHO WILL NOT COME, BY ANDRÉIA PIRES*

Vanessa Oliveira Juliani Regina  
<https://orcid.org/0000-0001-6508-2009>  
Universidade Federal da Paraíba  
[vanessaojr85@gmail.com](mailto:vanessaojr85@gmail.com)

Michelle Bianca Santos Dantas  
<https://orcid.org/0000-0003-1127-101X>  
Universidade Federal da Paraíba  
[michellebianca86@hotmail.com](mailto:michellebianca86@hotmail.com)

**Resumo:** Muitas vezes, o padrão heteronormativo impõe papéis sociais de gênero às mulheres, principalmente no que tange à maternidade. Contudo, acreditamos que esta maternidade compulsória é socialmente construída, e, ainda mais, serve para culpabilizar quem não deseja ter filhos. Este artigo tem por objetivo tecer comparações sobre a representação do mito do amor materno em dois textos, de diferentes épocas: a tragédia grega *Medeia* (2010), de Eurípides, e o conto contemporâneo *Para ela, que não virá* (2017), de Andréia Pires. Serão utilizadas as obras *Um Amor Conquistado: o Mito do Amor Materno* (1985) e *O Conflito: a mulher e a mãe* (2011), ambas de Elisabeth Badinter, como fundamentação teórica acerca do tema. Esta pesquisa, de caráter bibliográfico, faz-se necessária em um tempo em que a maternidade ainda é imposta às mulheres como um atributo natural ao gênero feminino.

**Palavras-chave:** Mito do amor materno. Tragédia grega. Literatura contemporânea.

**Abstract:** The heteronormative pattern imposes social gender roles on women, especially the motherhood. However, we believe that this compulsory motherhood is socially constructed, and, even more, it serves to blame those who do not wish to have children. This article aims to make comparisons about the representation of the myth of maternal love in two texts, from different times: the Greek tragedy *Medea* (2010), by Euripides, and the contemporary short story *For her, who will not come* (2017), by Andréia Pires. The works *Mother Love: A History of the Maternal Instinct* (1985) and *The Conflict: How Modern Motherhood Undermines the Status of Women* (2011), both by Elisabeth Badinter, will be used as a theoretical foundation on the subject. This bibliographic research is necessary because the motherhood is still imposed on women as a natural attribute of the female gender.

**Keywords:** Myth of maternal love. Greek tragedy. Contemporary literature.

## Considerações iniciais

A arte literária sempre foi uma potente ferramenta de reflexão. Para Massaud Moisés (2012), ela é uma forma de conhecer o mundo e os seres humanos. Por meio da ficção é possível analisarmos os processos sociais e as suas implicações no cotidiano. A literatura pode ampliar a nossa compreensão sobre o real, sendo um instrumento gerador de conhecimento e criticidade.

A obra *Medeia*<sup>1</sup> (2010), de Eurípides, por exemplo, oportuniza-nos problematizar diversas questões de gênero: o que é ser mulher e mãe na Grécia Antiga? E uma mãe que mata os próprios filhos para se vingar da traição do marido? Da mesma maneira, o conto *Para ela, que não virá* (2017), de Andréia Pires, nos apresenta uma perspectiva de gênero: uma mulher contemporânea, que não deseja ter filhos/filhas, mas que é atravessada pela culpa em não os gerar. Em que medida o mito do amor materno opera em ambos os textos ficcionais? O que uma análise comparativa com a obra de Eurípides teria a dizer acerca da representação da maternidade até os dias atuais? Eis algumas discussões que nos propomos a desenvolver neste artigo.

No percurso de nossa investigação, utilizaremos as reflexões propostas pela filósofa francesa Elisabeth Badinter (1985), de que o amor materno é uma construção social, isto é, o desejo de ser mãe não é inato. Essas teses são apresentadas nas obras *Um Amor Conquistado: o mito do amor materno* (1985) e *O Conflito: a mulher e a mãe* (2011).

Esta proposta, de caráter bibliográfico, justifica-se pelo fato da maternidade, enquanto papel social de gênero atribuído às mulheres, ainda ser muito cobrada. Essa natureza compulsória, além de ser uma forma de controlar o corpo feminino, também serve para culpabilizar quem não deseja ter filhos/filhas. Por isso, problematizar questões de gênero através da literatura produzida desde a Antiguidade Clássica, é uma maneira de ampliar a compreensão sobre as mulheres e os sistemas de opressão aos quais estão submetidas.

## 1 O mito do amor materno: uma construção patriarcal

Frequentemente muitas mulheres são questionadas quando não desejam ter filhos/filhas. Desde a infância, há uma espécie de socialização para a maternidade, a começar pelas bonecas, que fazem parte do universo da maioria das meninas, que são

---

<sup>1</sup>Utilizaremos a edição da obra *Medeia*, de Eurípides, publicada pela Editora 34, em 2010, com tradução de Trajano Vieira, como consta nas referências, e, no decorrer do trabalho, usaremos o padrão universal de referência para autores da Antiguidade. Para fazermos uma breve contextualização do mito, destacamos que, segundo Abrão (2016, p.125 - 126), Medeia era Filha de Aietes, rei da Cólquida. Em outras versões do mito, era neta de Hélios e sobrinha da feiticeira Circe; ou filha de Hécate, protetora das bruxas, e irmã de Circe. Medeia se apaixonou por Jasão assim que o viu desembarcar na praia de Iolco com os Argonautas, em busca do toso de ouro. Ela prometeu ajudá-lo se ele se tornasse seu marido. Depois de aceita a proposta Medeia o levou ao templo, onde se encontrava o toso, e fugiu com Jasão. A vida do casal teve um fim trágico. Há ainda outra versão mítica em que Medeia não mata os filhos, mas, em nosso caso, interessa-nos a personagem euripidiana.

cuidadas e protegidas como se fossem bebês de verdade. Esses brinquedos, como tantos outros instrumentos de legitimação dos padrões de gênero, operam na esfera das chamadas pedagogias culturais, caracterizadas como “(...) um processo minucioso, sutil, sempre inacabado. Família, escola, igreja, instituições legais e médicas mantêm-se, por certo, como instâncias importantes nesse processo constitutivo” (LOURO, 2018, p.18).

Entretanto, segundo Badinter (1985), essa maternidade compulsória tem raízes históricas. Sua teoria sobre o mito do amor materno vem para desconstruir essa ideia naturalizada de instinto maternal, afirmando que o desejo de ser mãe não é inato às mulheres, mas sim uma imposição do patriarcado, que opera através da sacralização desse sentimento.. Portanto, o chamado amor materno seria apenas uma construção social. Segundo Badinter (1985), em outros tempos, a figura da mãe/esposa que sempre ocupou um papel secundário e submisso ao homem/marido, detentor do poder paterno, e como tal, da autoridade marital, oscilava entre indiferença e rejeição quando se tratava de cuidar de seus filhos/filhas. A autora pontua que a natureza deste "afeto construído", dependendo da época e da classe social, no contexto europeu<sup>2</sup>, servia para que as mulheres se emancipassem das obrigações de mãe e esposa. há uma mudança de paradigma em relação à autoridade paterna que se baseia no discurso bíblico, ressignificando o papel deste pai que tudo pode, e a mãe/esposa sendo vista como sua companheira, pois o núcleo familiar deveria representar um maior respeito entre o casal e seus filhos/filhas(Badinter,1985).

Há dois textos presentes na Bíblia que interferem fortemente na imagem das mulheres: Gênesis (Gn, 2-3) e Epístola dos Efésios (Ef, 6). No primeiro deles, temos Eva, companheira nascida da costela de Adão, considerada uma criatura fraca e um símbolo do mal por corrompê-lo. No segundo, temos o argumento, escrito por São Paulo, de que a mulher deveria ser submissa ao marido.

Em *Um Amor Conquistado: o mito do amor materno* (1985), a autora enfatiza que a suposta igualdade proclamada pela igreja (direito concedido principalmente às mulheres de classe superior) estende-se até o fim do século XIII, na França. Tanto que, nessa época, os filhos poderiam até mesmo recorrer aos tribunais contra a severidade excessiva do pai. Logo depois, há o desenvolvimento do direito romano e um estancamento da influência liberal da igreja e do direito canônico. A partir do século XIV os direitos econômicos da mulher se restringirão. Assim, esta que até um século antes poderia administrar sua fortuna, mover ações judiciais e alienar bens (com a permissão do marido), sofrerá limitações maiores.

---

<sup>2</sup>Ressaltamos que Elizabeth Badinter (1985/2011) parte de um contexto eurocêntrico para formular sua teoria, e sem os recortes de classe e raça tão caros ao feminismo negro, acaba por invisibilizar outras maternidades. O feminismo decolonial, pensado por Maria Lugones, se mostra como uma perspectiva importante para ampliar tal análise, pois considera uma revisão do feminismo branco e burguês. Segundo Miñoso (2020, p.7-9) é a partir da confluência entre a perspectiva da interseccionalidade e do binômio modernidade/colonialidade que Lugones pensa este outro feminismo, dialogando com produções desenvolvidas com base em um viés africano, indígena, mestiço, popular, campesino, de imigração racializada, bem como em acadêmicas brancas comprometidas com subalternidade na América Latina e no mundo. Além disso, não se trata mais de intersecções ou entrecruzamentos, mas de uma matriz em comum, como a matriz moderno-colonial racista de gênero. Outras contribuições importantes sobre maternidades podem ser vistas no feminismo negro de Patrícia Hill Collins.

Mas, do século XVI até o século XVIII, a autoridade paterna voltará a prevalecer em razão da influência do direito romano e do absolutismo político. De acordo com Badinter (1985), nesse momento, temos uma sociedade baseada no princípio de autoridade legitimada por três discursos: o filosófico, por Aristóteles, que desvaloriza a figura da mulher do ponto de vista metafísico - mulher como matéria; homem como forma (pensamento e inteligência); o discurso teológico cristão - onde a autoridade do homem é divina; e o discurso político, em que o poder concedido à figura masculina é divino e natural.

Badinter (1985) afirma que, ao longo dos séculos, a representação da mulher privilegiada como mãe vai se modificando. Se a maternidade era tida como empecilho para os prazeres da vida, muitas mães abastadas deixavam seus filhos/filhas com amas, ou relegados às mãos do Estado, entre colégios internos e conventos. O próprio ato de amamentar, além de incômodo, era visto como libidinoso. A concepção da figura da criança também acompanha gradativamente esta mãe. Em uma sociedade em que o pai dispunha de tamanha autoridade, não havia espaço para sentimentos sublimes, como a ternura e o amor. Tampouco o pesar pela perda de filhos/filhas, e, até mesmo, dos cônjuges. O amor conjugal era uma moeda de troca. Apenas mulheres com um bom dote conseguiam um casamento "satisfatório".

No entanto, a autora situa no último terço do século XVIII, na França, uma mudança das mentalidades. A imagem da mãe passa a ter importância, assim como o incentivo à amamentação; e surge, então, o "instinto materno" como imposição social, um amor "espontâneo" de mãe para filho/filha. Há um deslocamento da autoridade do pai para o amor da mãe; e este primeiro já não é mais a figura central na criação das crianças. Começa a surgir uma "preocupação" com a sobrevivência destas, já que as taxas de mortalidade à época variavam muito. A criança não é mais negligenciada como antes, mas só passa a importar por um único motivo: seu valor mercantil. Quanto mais povoado um país, mais poder de produção e defesa. Além disso, o papel de mãe dá uma falsa importância às mulheres burguesas, que, neste engodo, passam a se dedicar aos filhos/filhas. A partir dessa conjuntura, elas são as responsáveis pela felicidade dentro do núcleo familiar, segundo Badinter (1985).

Esta reconfiguração da maternidade não advém apenas de um discurso econômico ou médico, mas também das ideias iluministas. O filósofo Rousseau pregava o casamento e a procriação como naturais ao gênero feminino, "No século XVIII (...) souberam tocar neste ponto sensível para convencer as mães a se dedicarem exclusivamente aos filhos, amamentá-los e educá-los. Tratava-se da sobrevivência deles, da felicidade da família e da sociedade e, finalmente, do poder da nação" (Badinter, 2011, p.78).

Silvia Federeci (2019) mostra-nos como essa mulher/mãe é vista apenas como um instrumento de procriação da força de trabalho ou uma mera produtora de herdeiros, que garantiriam a transmissão da propriedade familiar. A família, enquanto instituição, começa a ser compreendida da mesma maneira. Além disso, o Estado passa a supervisionar a sexualidade, a procriação e a vida em família.

O Estado, então, a fim de restaurar o cenário populacional começa a "disputar" o controle do útero como território político. Ou seja, dá início a uma demonização da sexualidade das mulheres para fins não reprodutivos. Todo e qualquer tipo de controle

de natalidade é visto com maus olhos. Tais medidas restritivas, por exemplo, se deram através da caça às bruxas, segundo Federeci (2019).

De acordo com Michele Perrot (2007), eram frequentes os nascimentos não desejados. A morte de uma criança era vista como uma fatalidade. À medida que a figura do bebê se torna importante, no núcleo familiar, entre os séculos XIII e XIX, a ideia do infanticídio e do aborto parecem inaceitáveis. No entanto, tais práticas funcionavam, muitas vezes, como métodos de controle de natalidade. As mulheres que necessitavam realizar uma dessas práticas, se denunciadas, eram levadas aos tribunais. Ao contrário dos pais, que sequer eram culpabilizados. No começo do século XIX, principalmente no período da Restauração, mulheres infanticidas eram condenadas à morte, no entanto, a pena era atenuada com frequência, segundo Perrot (2007).

Acerca do contexto da maternidade no Brasil, Mary Del Priore (2004) afirma que, antigamente, a gravidez representava para as mulheres mais abastadas, um grande estado de poder, sendo vista como uma virtude. E a procriação associada à difusão do casamento, no período colonial, era obrigação da boa esposa. Cumprindo sua função reprodutiva, a mulher era “alçada” ao papel de mãe.

A conquista parcial dos direitos reprodutivos pelo movimento feminista, por volta dos anos 70 do século XX, concede às mulheres, sobretudo no hemisfério norte, o direito de escolha sobre a maternidade, e controle do próprio corpo, ao legalizar o aborto e o acesso a métodos contraceptivos como a recém criada pílula anticoncepcional. Entretanto, como afirma bell hooks (2018), o desenvolvimento da pílula anticoncepcional é eficiente, mas não totalmente segura, e criada por cientistas homens (distantes do antissexismo), e realmente facilitou o caminho para a libertação sexual feminina do que o direito ao aborto. No entanto, a autora pontua que a questão do aborto sempre foi mais reivindicada pelo feminismo branco, por possuir mais acesso, ao contrário do feminismo negro e radical, que lutava, primeiramente, pelo fim da exploração sexual do corpo das mulheres. A partir desse contexto, em que surge a contracepção na rotina das mulheres, a maternidade já não é mais o cerne da vida, pois: “Pode-se dar prioridade às ambições pessoais, gozar do celibato e de uma vida de casal sem filhos, ou satisfazer o desejo da maternidade, com ou sem atividade profissional (...)” (Badinter, 2011, p.10).

Entretanto, mesmo no século XXI, a maternidade compulsória se faz presente. A mulher que nega este papel está sujeita à exclusão social, por não corresponder ao modelo tradicional de núcleo familiar. Quem ousa transgredir essa regra de domínio patriarcal ainda é vista com desconfiança, porque “(...) a não-mãe é objeto de pressões por parte dos pais, da família, dos amigos (que tem filhos), dos seus colegas de escritório, em resumo, a ponto de se poder legitimamente perguntar se não seria melhor falar de “dever” em vez de “desejo de ter filhos” (Badinter, 2011, p. 141).

Todavia, é importante ponderar que a maternidade compulsória não opera igualmente para todas as mulheres<sup>3</sup>. É essencial pensá-la sob o viés interseccional, explicitado por Luiza Bairros (1995). Há proles que não são desejáveis pelo Estado: mães negras, pobres, indígenas, periféricas, mães solo, lésbicas, mulheres com

---

<sup>3</sup>SOUZA, Rebecca. Pelo direito de ser mãe. **Revista Azmina**, 2019. Disponível em: [Mulheres negras e minorias étnicas ainda lutam pelo direito de ser mãe \(azmina.com.br\)](https://azmina.com.br/mulheres-negras-e-minorias-etnicas-ainda-lutam-pelo-direito-de-ser-mae/). Acesso em: 20 set. 2021.



deficiência, trans, em situação de rua, de cárcere, imigrantes, refugiadas, ciganas, entre tantos outros corpos, lutam pelo direito à maternidade. O racismo, a lesbofobia, a transfobia, a xenofobia e o etnocentrismo são obstáculos que colocam essas mulheres ainda mais à margem do sistema. E, em países em que mulheres em vulnerabilidade social são vítimas de esterilização compulsória<sup>4</sup>, é extremamente complexo tratar de um tema tão amplo como a maternidade. E esses corpos "interditados", que desejam suas crianças, habitam o solo bárbaro, pois a urbe lhes é negada<sup>5</sup>.

Após as reflexões estabelecidas acima, no próximo tópico, analisaremos como se configura o mito do amor materno na obra *Medeia*, escrita pelo dramaturgo grego Eurípides, em 431 a.C.

## 2 O mito do amor materno em *Medeia*: a mãe trágica

Pela fala da nutriz já temos uma ideia da relação de Medeia com os filhos, aparentemente caracterizada por uma certa indiferença: “(...) Ao ver os filhos, tolda o cenho com desdém/Tremo só de imaginar que trame novidades” (Eur. Med. 35-37). Ela também é representada como alguém capaz de prejudicar a própria prole para expurgar sua raiva, pois “(...) Ela é terribilíssima./ (...) Melhor mantê-los, pedagogo, longe da *mater mesta*,/ que os olhava há pouco taurivoraz, /quem sabe com intento inconfessável” (Eur. Med. 44-45).

Além disso, seus filhos são alertados, pela nutriz, de que a ira da mãe pode recair sobre eles: “Eis o que afirmo, filhos!/ Medeia agita o coração, agita a bile!/ Ganhai os aposentos da morada,/ evitai o contato com ela,/ distantes de seu campo de visão! (Eur. Med. 100 - 110).

A própria Medeia amaldiçoa os filhos, mostrando sua contrariedade à maternidade: "Sofrimento imenso!/ Nada sofria o sofrimento que me abate!/Ó prole odiosa de uma *mater* mórbida,/ meritória de maus votos,/ pereça com o pai!/Derrua, sem arrimo, a moradia!" (Eur. Med. 108-113). Além disso, para ela o sofrimento das mulheres se dá por estarem subordinadas ao gênero masculino, principalmente, na relação conjugal, ao perderem, muitas vezes, a autonomia sobre seus próprios corpos. Assim, ela exclama: “Entre os seres com psique e pensamento,/ quem supera a mulher na triste vida?/ Impõe-se-lhe a custos a aquisição do esposo/, proprietário desde então de seu corpo/ - eis o opróbrio que mais dói/ (...) dizer não ao apetite másculo não nos cabe” (Eur. Med. 230-239).

<sup>4</sup> CARRILHO, Iara Gonçalves et al. A esterilização compulsória de Janaína Aparecida Quirino. **Não me Kahlo**, 2018. Disponível em: <https://naomekahlo.com/a-esterilizacao-compulsoria-de-janaina-aparecida-quirino/>. Acesso em: 21 set. 2021.

<sup>5</sup>Em Fernando de Noronha, por exemplo, gestantes não podem dar à luz na ilha. São levadas para o continente, desterradas, para parir suas crianças. O documentário *Proibido Nascer no Paraíso* mostra a luta de mulheres nesse contexto). GATTI, Beatriz. Documentário mostra luta de mulheres para dar à luz em Fernando de Noronha. **Revista Galileu**, 2021. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Cultura/Cinema/noticia/2021/05/documentario-mostra-luta-de-mulheres-para-dar-luz-em-fernando-de-noronha.html>. Acesso em: 20 set.. 2021.

Medeia rompe com a ideia de que a mulher, considerada como um ser frágil, deve estar longe e protegida do campo de batalha. Para ela, a experiência da maternidade é muito mais dolorosa do que a própria guerra: “Levais a vida sem percalço em casa/(dizem), “a lança os põe em risco”. Equívoco de raciocínio! /Empunhar a égide/dói muito menos que gerar um filho” (Eur. Med. 247-251).

Também observamos algo relevante no diálogo com o coro, que é feminino, em que Medeia mostra que está em lugar de desvantagem em relação a outras mulheres da *pólis*, pois, além de ser rejeitada pelo marido, é estrangeira, logo, sem nenhum apoio, ela será exilada pelo rei; fato que demonstra a Interseccionalidade do papel da mulher nesse contexto. Vejamos como Medeia expressa esse sentimento: “Sei bem que nossas sendas não confluem:/ dispões de *pólis*, elos de amizade,/ lar paternal, desfrutes na vivência;/ quanto a mim, só, butim em solo bárbaro,/urbe, rebaixada por Jasão,/ sem mãe, sem um parente, sem... que a âncora/ soerga longe deste pesadelo! (Eur. Med. 245-258).

No entanto, Medeia se utiliza da preocupação maternal para persuadir Creon, rei de Corinto, acerca de seu exílio. Em nome dos filhos, pede para permanecer mais um dia na *pólis*, mas, na verdade, ela planeja acabar com a vida da princesa da cidade, agora desposada por Jasão, enviando-lhe um véu envenenado (Eur. Med. 338-347).

A questão do desterro é tão dolorosa quanto à ingratidão do marido. Medeia chega a questionar qual urbe a receberia depois de tamanha tragédia. E ela pensa que as mulheres só são sábias quando planejam atingir quem lhes feriu: “(...) a raça fêmea/ignora como haurir algo elevado,/ sábia quando edifica o horror do fado” (Eur. Med. 407-409). Além disso, a maternidade, sobretudo, a figura da mãe abandonada, é sempre a “arma” para que negocie todas as suas ações de vingança: “Homúnculo, me pagas como?/ Enganando-me no leito ainda virgem,/depois que procriei! Aceito a hipótese/do amor por outra, quando não é pai” (Eur. Med. 486-491).

Parece-nos que, aos olhos de Medeia, os filhos só tomam importância quando servem para manipular Jasão. Ela, que tanto fez pelo marido, usa a prole para lhe impingir a culpa de tê-la traído: “Infeliz, que marido fiel, notável,/ a mim foi dado ter, se me exilarem,/só, com meus filhos sós, vazia de amigos.../Que glória para o neocasado: filhos/à míngua... e eu que te salvei!” (Eur. Med. 511-515). Jasão, por sua vez, contesta a preocupação de Medeia com os rebentos, e amaldiçoa as mulheres que podem parir. Observemos: “Por que precisas tanto de teus filhos?/ A mim convém que os filhos do futuro/ auxiliem os que hoje vivem./Pudéramos procriar diversamente/e preterir a raça das mulheres:/ imune ao mal, o homem viveria!” (Eur. Med. 565-575).

Até mesmo Egeu, que não pode ter filhos, e oferece asilo à Medeia, é ludibriado pelo artifício da maternidade, para convencê-lo a ajudá-la (Eur. Med. 619-722). E o sentimento de Medeia pelos filhos se mostra cada vez mais contraditório, quando afirma que: “(...) pranteio o fato a ser perfeito: mato meus filhos.../ e aí de quem ficar na frente!/ Arraso o alcácer de Jasão e sumo, /pela sanha fatal contra os meninos/que mais amo no mundo, sob o crime/que mais que nenhum outro agride o pio” (Eur. Med. 791-797).

Sem apoio para a concretização de seu crime, Medeia tenta justificar que a única maneira de atingir Jasão seria por meio dos filhos (Eur. Med. 811-813). E tenta receber apoio de outras mulheres para concretizar seus planos. Mas, nesse contexto social, era

inconcebível o filicídio e o Coro clama: "vislumbra o crime que praticas!/ Todas aos teus joelhos/rogamos tudo: não carneies a prole!" (Eur. *Med.* 847-865).

Medeia faz uma crítica à maneira como as mulheres são vistas pela sociedade, ironizando, em diálogo com Jasão, que o choro é inerente ao gênero feminino: "Jasão: (...) Minhas lágrimas surtem teus soluços?/ Medeia: Não. Eu pensava só nos dois meninos./ Jasão: Não te preocupes zelo pela dupla!/Medeia: Longe de mim descrer, mas é do sexo/frágil ser vítima do mar de lágrimas" (Eur. *Med.* 924-928).

A ambiguidade de seu caráter é perturbadora. Ora se mostra fria e decidida, ora preocupada com o destino da prole. Pois sempre usa a maternidade para atingir seus objetivos, seja como uma maneira de proteger os filhos da escravidão ou, conforme também podemos supor, uma possível forma de manipulação: "Jasão: Por que te agita tanto a sina de ambos? /Medeia: Sou mãe; ao lhes rogares sobrevida,/ doeu-me a incerteza do destino. /(...) Depende só de ti que os filhos cresçam/Pede a Creonte a suspensão do exílio! (Eur. *Med.* 928-941).

São os filhos de Medeia que entregam os presentes envenenados à princesa, com o argumento de que poderiam demovê-la da ideia de exilá-los. Enquanto isso, ela segue condenada pela sua atitude: "Coro: Lamento a tua dor, ó miseranda mãe!/ Matarás os meninos/por nódoa em teu nicho" (Eur. *Med.* 996-998).

Medeia começa a colocar em dúvida a execução de seu plano. Tem início sua crise moral quando reage com tristeza ao saber que o desterro de seus filhos não se concretizará, graças a princesa de Corinto. E, mais uma vez, a experiência da maternidade revela-se complexa. Para ela, teria sido em vão seguir as convenções sociais: "Nada valeu, meninos, meu empenho,/nada valeu sofrer as convulsões/doloridíssimas do parto. Sonhos inúteis que nutri ao vislumbrar/nas crias meu amparo na velhice, /apuro em ritos funerários – ápice/ do que poder sonhar quem vive! Ai"! (Eur. *Med.* 1029-1035).

Em seu monólogo, repensa sobre o ato que pretende cometer: valerá a pena matar os filhos para se vingar de Jasão, por um motivo passionai? Razão e emoção a confundem: "O que farei?/ Sucumbe o coração/ ao brilho do semblante dos garotos./ Mulheres, titubeio! Os planos periclitam!/ Vou-me, mas com meus dois filhos! /Prejudicar crianças em prejuízo/ do pai não dobra o mal? Fará sentido?/ [...] Não queiras, infeliz, punir os filhos! (Eur. *Med.* 1036-1.058)

É fato que Medeia rompe com todos os padrões sociais, principalmente no que se refere ao papel da maternidade. Mesmo que a história de uma mãe abandonada com os filhos possa ser universal e comum a muitas mulheres, a personagem se utiliza desta prerrogativa para angariar o apoio feminino ao seu plano de vingança. Todavia essa procura é vã, pois, para a maioria, é inimaginável que alguém cometa algo tão terrível. A personagem, ao mostrar a dor de ser mãe, representa uma maternidade compulsória que violenta desejos, valores e subjetividades. Para nós, Medeia não dispõe somente de um amor maternal, mas de um ódio calcado na imposição patriarcal de se apropriar do corpo das mulheres. Ela pode nos revelar que tal afeto perpassa por uma construção social.

Quando Medeia empreende seu monólogo, que deságua em uma crise duvidosa, não está titubeante apenas em praticar seu crime, porque no fundo ama os filhos. Esta



culpa é gerada também pela própria sociedade, que impõe uma maternidade naturalizada. Então, a representação de Medeia se aproxima de muitas mulheres e sua fala reverbera até a atualidade: “Deslembra o amor/ de mãe, não te apequenes!” (Eur. *Med.* 1245-1246). Desse modo, vemos que a sua vingança não é apenas em nome da traição ou do desterro. Entendemos que o assassinato de sua prole possa ser também uma forma simbólica para a recusa da maternidade e sua imposição social sobre a responsabilidade feminina.

### 3 Maternidade compulsória e a análise de *Para ela, que não virá* de Andréia Pires

Em 2020, a Argentina legalizou o aborto<sup>6</sup>. Contudo, não podemos esquecer, como afirma bell hooks (2018), que apenas as mulheres de todas as raças que têm privilégios de classe (principalmente, mulheres brancas individuais) possuem o direito ao aborto seguro. Muitas mulheres pobres e da classe trabalhadora perdem acesso a essa prática, quando não há uma política pública eficiente no sistema de saúde. Portanto o direito à escolha não se estende para todas. Desta forma, mulheres em situação de vulnerabilidade social perdem o direito sobre o próprio corpo.

Em 2021, a Argentina reconheceu o cuidado materno como trabalho que garante aposentadoria.<sup>7</sup> A Espanha<sup>8</sup> equiparou a licença maternidade e paternidade, contribuindo para a igualdade de gênero. Enfim, os cuidados maternos são vistos como força de trabalho e respeitados como direito de escolha das mulheres, mas, vale salientar, que isso não representa todos os lugares. Muitas pautas feministas, que se relacionam com direitos sexuais e reprodutivos, ainda padecem com o machismo de uma sociedade cada vez mais ultraconservadora, principalmente no Brasil. bell hooks (2018) afirma que a pauta do aborto foi, desde sempre, incorporada à mídia de massa por ter desafiado o pensamento cristão fundamentalista, ao desconstruir a imagem da mulher como feita para gerar crianças. Também chamou a atenção da nação para o corpo da mulher, como nunca antes. Com o tempo, outras questões reprodutivas, reivindicadas pelo movimento feminista foram ignoradas como, por exemplo, cesarianas desnecessárias a histerectomias. Ou seja, questões como essas não interessariam a um sistema médico patriarcal capitalista dominado por homens, que a todo custo controlava (e ainda controla) o corpo das mulheres. Isso porque uma mídia de massa conservadora e antifeminista, em sua maioria, é ainda bastante atuante no século XXI.

<sup>6</sup>Argentina considera cuidado materno como trabalho e garante aposentadoria a 155 mil mulheres. Brasil de Fato, 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/07/21/argentina-considera-cuidado-materno-como-trabalho-e-garante-aposentadoria-a-155-mil-mulheres>. Acesso em: 20 set. 2021.

<sup>7</sup>MOLINA, Federico Rivas. Argentina legaliza o aborto e se põe na vanguarda dos direitos sociais na América Latina. El País, 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-12-29/votacao-historica-no-senado-de-projeto-para-legalizar-aborto-na-argentina.html>. Acesso em: 23 de set. 2021.

<sup>8</sup>SALDAÑA, Cristina. Espanha equipara licença paternidade e maternidade e avança na igualdade de gênero. El País, 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2021-01-01/espanha-equipara-licenca-paternidade-e-maternidade-e-avanca-na-igualdade-de-genero.html>. Acesso em: 23 set. 2021.

Em 2019, por exemplo, surgiu uma proposta de lei que visa proibir o uso de contraceptivos em todo país<sup>9</sup>. Em outro caso, dois anos depois, alguns seguros de saúde exigiram das mulheres autorização de seus maridos, caso desejassem implantar o DIU<sup>10</sup>. Campanhas pela "preservação da vida", contrárias ao aborto e a qualquer tipo de anticoncepcional, também ainda são comuns<sup>11</sup>.

As notícias citadas acima, ocorridas no Brasil, apenas demonstram que a ofensiva contra a autonomia do corpo das mulheres continua. Percebemos que a maternidade compulsória ainda está presente, pois a ideia de que ser mãe é um dom natural parece não ter findado no século XXI. Assim, sobrecarregar-se no cuidado com a prole é como uma obrigação, já que as mulheres "nasceram" para procriar. No contexto da pandemia, por exemplo, causada pela Covid-19, este papel social, inclusive, foi reforçado<sup>12</sup>.

Apesar deste contraditório cenário, com uma busca nas redes sociais, é possível encontrar perfis que desconstruem a figura da mãe perfeita<sup>13</sup>. A chamada "maternidade real" é debatida em lives, palestras, rodas de conversas virtuais, embora o termo "real" seja bastante problemático, dada as diversas maternidades sob inúmeros marcadores sociais. Séries em canais de *streaming*<sup>14</sup> também o fazem, mostrando as agruras de ser mãe e questionam o "instinto materno", bem como livros que tratam sobre o tema<sup>15</sup>. As mulheres estão falando sobre o assunto - seja na realidade<sup>16</sup>, ou na ficção, e ocupam o debate público. No entanto, expor com sinceridade, acerca do desgaste físico e

<sup>9</sup>Deputado do PSL apresenta projeto para proibir anticoncepcionais. **UOL Notícias**, 2019. Disponível em: <https://www.bol.uol.com.br/noticias/2019/02/06/deputado-do-psl-apresenta-projeto-para-proibir-anticoncepcionais.htm>> Acesso em: 20 set. de 2021.

<sup>10</sup>PROCON SP pede explicações sobre exigência de autorização do marido para colocação de DIU em mulheres casadas. Gaúcha ZH, 2021. Disponível: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/donna/noticia/2021/08/procon-sp-pede-explicacoes-sobre-exigencia-de-autorizacao-do-marido-para-colocacao-de-diu-em-mulheres-casadas-cks0fwhgx004n01937dg1l9sq.html>> Acesso em: 23 set. de 2021.

<sup>11</sup>Lei de Fortaleza prevê campanha contra anticoncepcionais. Migalhas, 2021. Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/quentes/352124/lei-de-fortaleza-preve-campanha-contr-anticoncepcionais-e-aborto>> Acesso em: 20 set. de 2021.

<sup>12</sup>A maioria das mães brasileiras sente-se cansada com as responsabilidades domésticas na pandemia. Entre pais o índice é 48%. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-05-11/80-das-maes-brasileiras-se-sentem-cansadas-com-as-responsabilidades-domesticas-na-pandemia-entre-pais-indice-e-48.html>

<sup>13</sup>Alguns perfis no *Instagram*: *Mães que Escrevem* (@maesqueescrevem) é uma revista digital, que entre outras matérias sobre o mundo materno, publica relatos, muitas vezes anônimos, de mulheres e suas experiências com a maternidade. *Mãe Arrependida* (@maearrependida) trata da maternidade por outra perspectiva: o arrependimento materno. Também publica relatos, por vezes, anônimos.

<sup>14</sup>*Turma do Peito* (The Letdown, 2016, Netflix) e *Supermães* (Workin' Moms, 2017, Netflix)

<sup>15</sup>*Contra os filhos* (Lina Meruane, 2014); *Mães Arrependidas* (Orna Donath, 2016) e *Maternidade* (Sheila Heti, 2018)

<sup>16</sup> HONORATO, Ludimila. Ser mãe pode ser um fardo e as mulheres estão falando sobre isso. Estadão, 2019. Disponível em: <https://emails.estadao.com.br/noticias/comportamento,ser-mae-e-um-fardo-e-as-mulheres-estao-falando-sobre-isso,70002823823>. Acesso em: 24 set. de 2021.

emocional no cuidado com os/as filhos/filhas ainda é alvo de represálias. É o mito do amor materno sendo reatualizado<sup>17</sup>.

### 3.1 *Para ela, que não virá*, de Andréia Pires: a não-mãe contemporânea ou a Medeia do tempo presente

Em 2017, Andréia Pires, autora, jornalista e editora gaúcha, publicou o livro de contos *Azaleia para erva de passarinho*, em edição independente, pela editora Concha. O conto *Para ela, que não virá*, que compõe a referida obra, é um exemplo de como as mulheres ainda estão sob o domínio da maternidade compulsória. A seguir, analisaremos esta produção.

No conto, temos uma mulher contemporânea, que não deseja ter filhos/filhas, mas é atormentada pelos efeitos da maternidade como imposição social. A interlocutora é a própria criança que não será gerada. Como uma espécie de confissão, a personagem relata à suposta futura filha a culpa que carrega por não ter atendido às expectativas sociais em relação à maternidade. Após inúmeras tentativas em seguir um *script* atribuído às mulheres, o desejo de ser mãe nunca se manifestou. A personagem chega ao ponto de fazer terapia para compreender como poderia uma mulher não querer ter filhos. Prova de que o amor materno passa por uma construção social, e de que a maternidade compulsória afeta a psicologia das mulheres. Observemos o trecho: “De antemão te peço desculpas por não insistir mais em caber no molde. (...) Suportei cobranças das mais descabidas. (...) Segui à risca anos de terapia, mas não consegui. O desejo de dar a passagem nunca nasceu em mim” (PIRES, 2017, p.55).

O próprio ato de parir, em meio às dores, deixa a personagem desconfortável. O medo da morte na hora no parto lhe retira qualquer vontade de ser mãe: “Tu, do lado de fora, não me assustas. Meu fracasso está no meio do processo. Minhas mãos suam e algo na região da barriga se retorce quando te imagino ganhando o mundo, descolada de mim. Sofro de pavor, de agonia, de medo de morrer com dor, urrando” (PIRES, 2017, p.57).

Como Medeia, obviamente, em um contexto diferente, a personagem também tem o desejo de matar sua prole, mas através de um sonho, que se repete. Há um conflito entre a experiência da maternidade como escolha e a vontade de livrar-se de quem nunca foi bem-vindo (a). Uma dualidade dolorosa, que habita o espaço onírico, porque não pode ser verbalizada: “Tenho tido um sonho recorrente (...): sou eu te olhando bem de perto enquanto dormes. (...) Entendo que estou prestes a perder o controle e embora queira parar, é outra quem me comanda. Desliza as minhas mãos e age, não posso impedir. Apertamos o teu pescoço até que o contorno da tua boca de recém-parida escureça e teu choro acabe” (PIRES, 2017, p.55).

Admitir, até para si mesma, a inexistência do tão cobrado “amor materno” seria um ato condenável. Além disso, a personagem sente-se pressionada pelo seu entorno

---

<sup>17</sup>GENNARI, Júlia. Em resposta ao desafio da maternidade feministas desconstroem a imagem idealizada do que é ser mãe. Geledés, 2016. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/em-resposta-ao-desafio-da-maternidade-feministas-desconstroem-a-imagem-idealizada-do-que-e-ser-mae/>. Acesso em: 24 set. de 2021.

social, que insiste na “(...) pergunta desgraçada, para a qual não sei dar a resposta que exigem com olhos e sorrisinhos maliciosos, “e quando vem o bebê”, me torturam” (PIRES, 2017, p. 56). Percebemos, então, que a maternidade compulsória é um problema estrutural.

A pressão social em prol da maternidade é tão grande, que a personagem supõe que teria uma menina. Tal pensamento serve para corroborar o que a sociedade acredita sobre o desejo de ser mãe: seria tão natural, que até o gênero do bebê, que também pode passar por um processo de construção, já teria sido cogitado. A personagem, inclusive, reproduz o discurso do “relógio biológico” que tanto aprisiona as mulheres. E é atravessada pela culpa em não gerar filhos/filhas. Entretanto, “por hora”, não cede à imposição social da maternidade, e se mantém no controle de seu próprio corpo: “Reparei que meus ossos, seios e cabelos estão diferentes e reconheço que o relógio biológico avança, pedindo também explicações. Perdoa, filha, por não te deixar me atravessar. Por hora, sigo na combinação anticoncepcional/camisinhas, com todo meu respeito a ti. E a mim” (PIRES, 2017, p.56).

O próprio título do conto é bastante significativo, pois nos dá uma ideia de decisão já tomada, acerca de ter filhos/filhas ou não. No entanto, a personagem, até chegar a esta conclusão, percorre um caminho de dor e sofrimento. Ter o poder de escolha sobre a maternidade, mesmo na contemporaneidade, ainda é confrontado com a pressão social. O fato de a personagem não ser nomeada também é simbólico, pois a não maternidade ocupa um lugar de silêncio no discurso.

Partindo para uma análise comparativa, Medeia e a personagem do conto contemporâneo compartilham da vontade de liquidar sua prole. A primeira chega às vias de fato. A segunda, o faz em sonho, o que não a isenta do desejo de concretizá-lo no espaço real. Ambas têm uma peculiaridade com a maternidade, a fim de proteger os seus descendentes. Medeia, por exemplo, teria matado os filhos para livrá-los da escravidão, enquanto a outra personagem não os gera, argumentando: “De um jeito torto, já te protejo, e quase me convenço que isso, por si, vai dando à luz uma mãe” (PIRES, 2017, p.56).

Ambas as histórias são comuns a muitas mulheres: infidelidade e abandono por parte do companheiro; tentativas de legitimação dos papéis sociais de gênero; maternidade como imposição social; e a culpa por gerar ou não filhos(as). O exílio de Medeia também é simbólico: ambas as personagens não seguem as convenções sociais, apesar das exigências em cumprirem seus papéis enquanto mulheres. Há uma solidão profunda de quem não compartilha o amor materno de acordo com as expectativas gerais, sobrando-lhe apenas a reclusão, seja ela geográfica ou social.

Portanto, é possível afirmar que, em ambos os textos literários, o mito do amor materno está repleto de ambiguidade: embora tenhamos duas mulheres que rejeitam/recusam a maternidade, ainda são “assombradas” pela culpa, pois, se a primeira titubeia em matar os filhos, porque “uma mãe não faria isso”; a segunda, luta consigo mesma para se libertar da maternidade compulsória. Ou seja, ao mesmo tempo em que elas desconstroem a existência de um amor materno, ainda assim, se sentem impelidas pela força deste sentimento tão presente no imaginário coletivo.

Contudo, há uma diferença na maneira como essas mulheres falam da maternidade: Medeia verbaliza, publicamente, seu repúdio às imposições do

patriarcado. Já a personagem do conto de Pires (2017) fala de suas dores de forma mais "contida", endereçando uma carta à própria filha, que não virá. Se pensarmos na correspondência como espaço íntimo, a declaração desta "não - mãe" fica resguardada ao segredo, bem como ao ato clandestino de alguém que escreve para não ser lido. Não há leitores para esta missiva. Neste caso, a experiência da maternidade/não-maternidade é tão dolorosa que, só escrevendo para si mesma, poderá ser extirpada.

### Considerações finais

É sintomático que um texto clássico e um texto contemporâneo se aproximem tanto quando falamos de maternidade compulsória. Ambos reforçam o amor materno como uma construção social em diferentes épocas. No caso da peça de Eurípides, questiona-se como é possível Medeia matar os próprios filhos? No conto de Andréia Pires, como pode uma mulher não desejar ser mãe?

Elisabeth Badinter em *O conflito: a mulher e a mãe* (2011), publicado vinte e seis anos depois de *Um amor conquistado: o mito do amor materno* (1985), retoma a questão central do primeiro livro, mas traz novas perspectivas sobre a maternidade, reforçando justamente o conflito em que se encontram as mulheres contemporâneas: a ambivalência entre ser alguém sem filhos, totalmente dedicada à carreira e realização pessoal; ou uma mulher com filhos, que precisará abdicar de muitas coisas para conciliar a maternidade com outras esferas de sua vida. Certo é que esse dilema permanece em ambos os casos. Ainda soa problemático quando ouvimos que um pai "ajuda" na criação dos filhos/filhas. Como afirma bell hooks (2018), assim como uma maternagem feminista, é necessária uma paternagem de mesma natureza, sem que precisemos glorificar os homens quando participam de forma ativa da parentalidade.

A invenção do amor materno e seu "instinto", bem como a corrida contra "o relógio biológico" são discursos que ainda corroboram para que, cada vez mais mulheres se sintam sugestionadas a gerar uma criança, e profundamente culpadas, se não o fazem. Que o exílio de Medeia não se estenda por tanto tempo, simbolicamente, no corpo das mulheres, e, além do mais, que a literatura, seja ela antiga ou moderna, possa ser um agente social efetivo de reflexão.

### Referências

ABRÃO, Baby Siqueira. **Essencial Mitologia**. São Paulo: Editora Hunter Books (HB), 2016.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BADINTER, Elisabeth. **O conflito: a mulher e a mãe**. Rio de Janeiro: Record, 2011.

BAIRROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. **Revista Estudos Feministas**. Universidade Federal de Santa Catarina. v.3, n.2, 1995. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16462> Acesso em: 29 jul. 2021.



DEL PRIORE, Mary. **Histórias das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2004.

EURÍPIDES. **Medeia**. Tradução de Trajano Vieira. São Paulo: Editora 34, 2010.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa**. Mulheres, Corpos e Acumulação Primitiva. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Revista Pro-Posições**, Universidade Estadual de Campinas. v.19, n.2, p.17-23, fev. 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643470> Acesso em: 29 ago. 2021.

MIÑOSO, Yuderkys Espinosa. **Sobre por que é necessário um feminismo decolonial: diferenciação, dominação coconstitutiva da modernidade ocidental**. Disponível em: [temp-Giqs0qaSQ1sxGgwydI1C.pdf](http://temp-Giqs0qaSQ1sxGgwydI1C.pdf) (masp.org.br) Acesso em: 01 mai. 2020.

MOISÉS, Massaud. **A criação literária**. São Paulo: Cultrix, 2012.

PERROT, Michelle. **Minha história das Mulheres**. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

PIRES, Andréia. **Azaleia para erva de passarinho**. Rio Grande: Concha Editora, 2017.